

Má notícia para os estados: mais despesas com a dívida externa.

Nem todos os governadores e prefeitos devem ter percebido, mas no ano que vem eles terão de gastar muito mais de seus recursos próprios para pagar compromissos externos, vencidos e a vencer em 89. Pelas contas do Ministério da Fazenda, serão US\$ 2,51 bilhões, ou mais de quatro vezes os US\$ 600 milhões que Estados e municípios pagarão até o fim de 88.

A novidade é que o governo incluiu na proposta de orçamento para 89 uma mudança nas regras da rolagem dessas dívidas. Até 88, Estados e municípios pagam apenas 25% das dívidas que vencem no ano. Mas, a partir de 89, o governo federal quer que paguem, além disso, 25% do "estoque" acumulado — o que tem sido refinanciado desde 82, quando houve o "choque da dívida externa" —, com sua correção monetária e juros.

Esse "estoque" vinha sendo integralmente rolado pelo governo federal, ano a ano, e deverá alcançar cerca de US\$ 9 bilhões no final de 88, apenas em dívidas de Estados e municípios e suas empresas estatais, com aval da União. Os US\$ 2,51 bilhões que governadores e prefeitos terão de pagar a mais no ano que vem representam 25% desse total, somando à parcela da dívida externa a vencer em 89 e que irá se incorporando ao "estoque" ao longo do ano, à medida que os contratos vencerem e o governo federal refinanciá-los em 75%.

A parcela de 25% que os Estados e municípios terão de pagar dos contratos que vencem no ano que vem chega a US\$ 580 milhões. É tudo o que eles pagariam, se o governo federal mantivesse para 89 as regras de 88. Com o acréscimo de US\$ 2,51 bilhões, o desembolso total de governadores e prefeitos em 89 chegará a US\$ 3,09 bilhões, ou mais de cinco vezes os US\$ 600 milhões de 88.

Os assessores do ministro Maflson da Nóbrega sabem que a mudança vai provocar grande descontentamento entre os governadores e prefeitos, tão logo eles tomem consciência do que ela vai significar para suas finanças. O Ministério está preparando uma regulamentação do assunto, que até agora foi tratado apenas como um item do orçamento. Essa regulamentação deverá traduzir operacionalmente a regra geral e poderá ser divulgada até o final do mês, segundo a Secretaria do Tesouro.

Aí será a vez de governadores e prefeitos fazerem suas contas. Como a distribuição de suas dívidas é desigual — alguns ainda têm muita dívida externa por vencer, e um pequeno estoque acumulado; outros estão na situação contrária —, a distribuição dos US\$ 2,51 bilhões adicionais entre eles também deverá ser desigual. Será a hora das pressões e reclamações, o que até agora não aconteceu, dizem os auxiliares do ministro.